

LEGISLAÇÃO

Reforma tributária inicia fase decisiva e exige adaptação das empresas em 2026

Bernard Appy destaca transparência, competitividade e bom senso como pilares da fase de transição

Osní Machado
osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária sobre o consumo, aprovada após anos de debate, dará em 2026 seu primeiro passo concreto rumo à implantação plena em 2027. Um dos principais articuladores do processo, o economista Bernard Appy, ex-secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, avalia que o próximo ano será marcado por adaptação, bom senso na exigência de obrigações acessórias e pela necessidade de empresas e órgãos públicos ajustarem seus sistemas ao novo modelo de IBS e CBS.

Segundo ele, a fase inicial exigirá sobretudo o cumprimento de novas obrigações formais, como a discriminação dos tributos na nota fiscal, mas sem cobrança efetiva. Appy enfatiza ainda que a reforma trará ganhos significativos de competitividade, ao eliminar cumulatividades, permitir a recuperação mais ágil de créditos, reduzir burocracias e aproximar o Brasil do padrão internacional de tributação sobre consumo. Embora reconheça que a transição gere dúvidas e ansiedade no setor produtivo, ele afirma que o processo será conduzido com equilíbrio e clareza.

Para o economista, em entrevista ao Jornal do Comércio, a nova estrutura tornará o ambiente de negócios mais transparente, ampliará a previsibilidade e favorecerá investimentos, inclusive estrangeiros, que hoje enfrentam dificuldade para compreender o sistema tributário nacional. O consumidor final também deve ser beneficiado, tanto pela transparência tributária quanto pelo efeito esperado de crescimento econômico de longo prazo.

Appy destaca que a simplificação tributária será percebida



Câmara aprovou em 15 de dezembro o texto base do projeto que conclui a regulamentação da reforma

de forma gradual, mas consistente. Ele lembra que, já em 2027, a extinção do PIS/Cofins e a redução do IPI representarão um avanço significativo, enquanto o marco definitivo da simplificação ocorrerá em 2033, com o fim do ICMS e do ISS. Segundo o economista, a apuração assistida dos novos tributos e a predominância de documentos fiscais eletrônicos tornarão o sistema mais previsível e menos sujeito a litígios, reduzindo custos operacionais e a complexidade que historicamente afeta empresas de todos os portes.

O ex-secretário ressalta também que a reforma deve impulsionar investimentos privados, ao eliminar distorções que encarecem o capital produtivo. A devolução mais rápida de créditos, especialmente para exportadores, e o alinhamento do Brasil ao modelo internacional de IVA devem melhorar substancialmente o ambiente de negócios. Para Appy, isso reduz incertezas que há décadas afastam investidores estrangeiros, favorecendo um ciclo de expansão que pode beneficiar toda a cadeia produtiva, com destaque para a indústria – setor hoje mais prejudicado pela cumulatividade.

Além disso, ele reforça que o

período de transição exigirá atuação estratégica dos contadores, que terão papel central na orientação das empresas. Com menos burocracia no modelo final, Appy observa que esses profissionais poderão se dedicar de forma mais robusta à análise do negócio e ao planejamento tributário, áreas ainda pouco exploradas no país. A recomendação do economista é clara: a preparação deve começar imediatamente, tanto no ajuste de sistemas quanto na revisão de custos e na análise comparativa entre regimes, sobretudo para empresas optantes do Simples que podem se beneficiar da migração para o modelo de débito e crédito.

Appy reforça que, apesar das incertezas naturais neste estágio, as empresas não devem focar apenas nas dificuldades, mas avaliar os múltiplos efeitos positivos da reforma, entendendo como podem se reposicionar em um cenário de maior expansão econômica. Também recomenda que organizações iniciem desde já sua preparação, ajustando sistemas, revisitando modelos de negócio e analisando-se, em alguns casos – especialmente para empresas do Simples –, vale a pena migrar para o regime de débito e crédito.



Bernard Appy é ex-secretário extraordinário da Reforma Tributária

ÍNDICE

- 2 Reforma tributária inicia fase decisiva
- 4 O que esperar da economia em 2026
- 6 Impactos do tarifaço nas exportações
- 8 Polo naval projeta retomada
- 10 e 11 Investimentos na indústria
- 12 Safra avança e prevê retomada
- 13 Cooperativismo
- 14 Setor de biocombustíveis vive expectativa
- 15 Concessões rodoviárias
- 16 e 17 Frases e projeções
- 18 Cenário do setor metalmecânico
- 19 Coluna Mercado Digital
- 20 Construção civil e setor imobiliário
- 21 Coluna Pensar a Cidade
- 22 Crescimento dos centros logísticos
- 23 Coluna Minuto Varejo
- 24 Papel do ser humano na era da IA
- 25 Conflitos latentes e reconfiguração de alianças no mundo
- 26 Eleições definem nomes ao Planalto, novos governadores e parlamentares
- 27 Siglas lançam candidatos ao Piratini
- 28 Avanço em infraestrutura no pós-cheia
- 29 Estado volta à rota dos grandes shows
- 30 Planos da dupla Gre-Nal
- 31 Copa do Mundo de 2026

EXPEDIENTE

■ EDITOR-CHEFE: Guilherme Kolling ■ EDITORES-EXECUTIVOS: Fernanda Crancio e Mauro Belo Schneider ■ EDITOR-ASSISTENTE: Juliano Tatsch
 ■ EDITORES: Deivison Ávila, Igor Natusch, Isadora Jacoby e Paula Coutinho ■ COLUNISTAS: Bruna Suptitz, Patrícia Comunello e Patricia Knebel
 ■ REPORTAGEM: Adriana Lampert, Ana Stobbe, Bolívar Cavalar, Cássio Fonseca, Cláudio Isaías, Cláudio Medaglia, Eduardo Torres, Gabriel Margonar, Júlia Fernandes, Jefferson Klein, Osní Machado e Roberto Hunoff ■ DIAGRAMAÇÃO: Ingrid Müller, Luís Gustavo Van Ondheusden e Gabrieli Silva